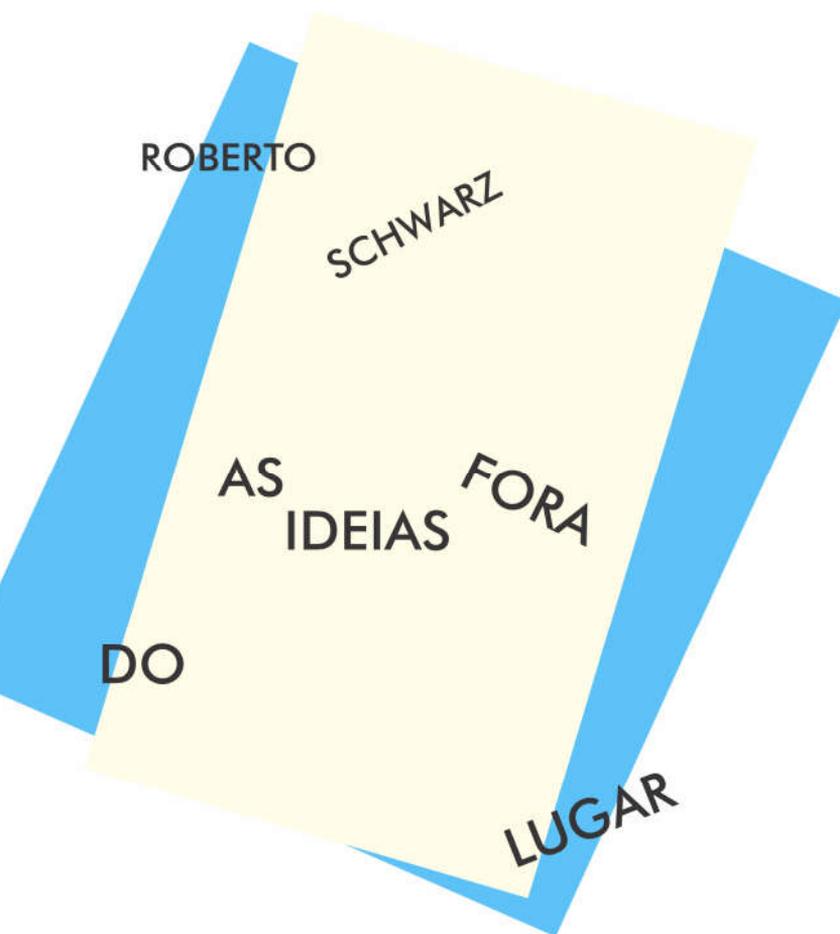


## Ideias fora de qual lugar?

Estudos sobre algumas possibilidades de extrapolação da tese de Roberto Schwarz para outros tempos e espaços



Capa do livro *As ideias fora do lugar*, de Roberto Schwarz, 2014, fotografia, montagem.

### *Luís Augusto Fischer*

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Instituto de Letras da UFRGS, onde atua nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras. Autor, entre outros livros, de *Machado e Borges* – e outros ensaios sobre Machado de Assis Porto Alegre: Arquipélago, 2008. [fischerl@uol.com.br](mailto:fischerl@uol.com.br)

## Ideias fora de qual lugar? Estudos sobre algumas possibilidades de extrapolação da tese de Roberto Schwarz para outros tempos e espaços<sup>1</sup>

Misplaced ideas? Studies about some possibilities of extrapolating Roberto Schwarz's thesis to other times and spaces

*Luís Augusto Fischer*

### RESUMO

O artigo historia a trajetória inicial da tese das “ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz, com vistas a discutir duas questões que dela são derivadas – primeiro, se a tese teria forças para ser tomada como um paradigma historiográfico, capaz de informar uma história da literatura (no Brasil, mas não só nele); segundo, que limites tem ela, considerando o debate mais recente da historiografia brasileira, que se afasta muito das visões de história do Brasil que animaram a criação schwarziana, em particular a de Caio Prado Júnior. Ao final, procura expor uma síntese da tese original, de um ângulo novo, e outra dos limites que este artigo detecta na tese, os quais contradizem a sua vocação generalizante (“universalizante”) e estão no centro das dificuldades da generalizabilidade das “ideias fora do lugar” para além do século 19 brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; literatura; crítica dialética.

### ABSTRACT

The article reviews the initial trajectory of Roberto Schwarz' “misplaced ideas” thesis, with the purpose of addressing two issues that are derived from it – first, whether the thesis can be regarded as a historiographic paradigm, capable of informing a history of literature (in Brazil but also elsewhere); second, to identify the thesis limits, considering the current debate in Brazilian historiography, which departs from the views of Brazilian history that animated the Schwarzian creation, especially the view of Caio Prado Júnior. The article finishes with a synthesis of the original thesis, from a new angle, and a synthesis of the limits that were detected in the thesis, which contradict the generalizing (“universalizing”) vocation of the thesis and are center of the difficulties of the generalizability of the “misplaced ideas” thesis beyond the Brazilian 19th century.

**KEYWORDS:** history; literature; dialectical criticism.



“Ideias fora do lugar”: uma das mais duradouras e penetrantes fórmulas críticas produzidas no Brasil desde sempre – muito mais do que “instinto de nacionalidade”, “os dois Brasis” e “Belíndia” –, com paralelo possível, em

<sup>1</sup> Este texto faz parte de um estudo sobre história da literatura brasileira que vai se chamar *Duas formações, uma história*, a ser publicado em 2021 pela editora Arquipélago, de Porto Alegre. Nota da editoria: por tal razão, admitiu-se, excepcionalmente, que as normas de publicação da *ArtCultura* não fossem seguidas por inteiro.

outro plano, apenas em imagens como “geleia geral”, “óbvio ululante” ou “complexo de vira-latas”. Também a mais retumbante no plano intelectual requintado: logo que foi publicado pela primeira vez no Brasil, em 1973, passando por incontáveis estudos, no Brasil e fora dele, até recentemente, como se lê em várias observações de Eduardo Viveiros de Castro ou em *A diplomacia na construção do Brasil*, de Rubens Ricupero (2017)<sup>2</sup>, não há debate forte sobre o Brasil que prescindia de alguma referência à expressão, para afirmá-la ou para negá-la. Roberto Schwarz a cunhou na virada dos anos 1960 para os 70, no momento em que começava sua dedicação forte a Machado de Assis, escritor que viria a ser o centro das atenções do crítico. Desse processo resultaram livros incontornáveis para o debate brasileiro desde então; quando menos, três: *Ao vencedor as batatas*, de 1977; *Um mestre na periferia do capitalismo*, de 1990; e *Dois meninas*, de 1997.<sup>3</sup>

O interesse do presente ensaio, parte de um estudo em busca de nova proposta de história da literatura no Brasil<sup>4</sup>, é alvejar a fórmula schwarziana com perguntas elementares, que talvez nunca tenham sido feitas de modo direto e podem ajudar a deslindar alguns de seus aspectos. O fenômeno nomeado como “ideias fora do lugar”, que parece ter nascido mais ou menos com a independência brasileira, dura até hoje? Ou em algum momento o fenômeno perdeu força e deixou de existir? A mais importante delas se encontra já difusamente em muitas discussões e foi vocalizada de modo claro por Alfredo Bosi: se “ideias fora do lugar” é um fenômeno derivado da convivência entre escravidão e liberalismo, como está assinalado desde sempre nas exposições do autor, por que ela não é (ou não tem sido) encontrável em outras partes, fora do Brasil, por exemplo nos EUA, onde também aconteceu essa vizinhança?<sup>5</sup>

Devo considerável parte de minha formação como crítico e professor a Schwarz, cujos livros e cujo método analítico são um exemplo superior de muitas virtudes: visada inteligente da dialética entre literatura e sociedade, cosmopolitismo e antiprovincianismo, inteligência sutil e pertinácia crítica, amplitude de horizontes e foco preciso. Ocorre que, dadas as profundas mudanças ocorridas no campo da história do Brasil – como é o caso da virada interpretativa ocorrida nos estudos sobre o passado colonial e o Império (Fragoso, Florentino), sobre escravidão (Florentino, Chalhoub, Hebe Matos), sobre ameríndios (Manuela Carneiro da Cunha, Eduardo Viveiros de Castro) –, assim como nos estudos empiristas quantitativos – de que temos exemplos em

<sup>2</sup> RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal, 2017; CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, e *idem*, *Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

<sup>3</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977; *idem*, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990, e *idem*, *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>4</sup> O trabalho foi apresentado no concurso para a titularidade de Literatura Brasileira no Instituto de Letras da UFRGS, em maio de 2017, com o título *Dois formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio – um modelo para uma nova história da literatura brasileira*. Deve ser editado em livro em 2021.

<sup>5</sup> Ver BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Moretti e Piketty –, creio que é uma boa hora de testar os limites da tese das ideias fora do lugar.<sup>6</sup>

### Alguma história

Em 1973, na revista *Estudos Cebrap*, n. 3, saía pela primeira vez em português o texto “As ideias fora do lugar”, publicado antes, em 1972, como artigo na revista parisiense *L’Homme et la société*<sup>7</sup>, mesmo texto que em livro viria a público em 1977 como primeiro capítulo de *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, este o primeiro livro solo do crítico dedicado ao estudo de Machado de Assis. Estava no título a manchete, em forma de disparate e provocação, de toda uma concepção sobre o Brasil, sobre seu lugar no Ocidente, a partir de uma intuição acerca do funcionamento do grande romance de Machado, numa armação sintático-semântica de grande impacto, que justapõe categorias apartadas na prática crítica, um termo com carga filosófica e abstrata, ideias, e outro com carga geográfica e concreta, lugar, mediadas por um advérbio inesperado, fora.<sup>8</sup>

O contexto imediato impunha uma série de conteúdos, atitudes e limites para o pensamento crítico, que de sua parte não podia alegar inocência. Sem entrar em maior detalhe, lembremos a força de movimentos de contestação ao *status quo*, simbolizada no Maio de 68 europeu e norte-americano, algumas vezes em aliança com o movimento operário, como na França, e noutras incorporando todo um sentido anti-imperialista, como nos EUA; no Brasil, a mesma energia revolucionária explodiu contra a muralha da pior fase da ditadura militar já no poder desde 64, choque que foi acompanhado por uma forma altamente inflamável de arte pública, a canção, protagonizada então por talentos como Caetano Veloso e Chico Buarque. No campo universitário latino-americano, que nos interessa de perto, foi o tempo da brotação da chamada “teoria da dependência”, em que jovens economistas, sociólogos e historiadores atacaram posições reformistas como as da Cepal de então: enquanto na visão dessa instituição havia espaço para desenvolver as nações da periferia de modo relativamente autônomo, para constituírem-se elas como novos atores principais da economia mundial, para os dependentistas não havia nada disso, porque era uma ilusão imaginar que desenvolvidos e subdesenvolvidos (termos de larga circulação na época) corressem a mesma carreira, com a única

<sup>6</sup> Ver FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, 1790-1840*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; *idem*, *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009; *idem*, *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; PIKETTY, Thomas. *Le capital au XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: Seuil, 2013; MORETTI, Franco. Conjeturas sobre a literatura mundial. In: SADER, Emir (org.). *Contracorrente: o melhor da New Left Review em 2000*. Rio de Janeiro: Record, 2001; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>7</sup> O ensaio saiu primeiro com o título *Dépendance nationale, déplacement d’idéologies, littérature*, em *L’Homme et la Société*, n. 26, Paris, 1972.

<sup>8</sup> A fórmula breve e eloquente, “ideias fora do lugar”, guarda nítido parentesco com a tradição germânica do quiasma, que Adorno, entre outros, apreciava.

diferença de uns estarem à frente de outros. Aliás, era quase ao contrário: os subdesenvolvidos só tinham essa condição porque esse era o espaço que lhes cabia numa ordem internacional dominada pelos desenvolvidos.<sup>9</sup>

Dito de outro modo: para aqueles intelectuais não havia dois estágios sucessivos chamados subdesenvolvimento e desenvolvimento, ou que bastaria os “sub” capricharem no serviço que logo passariam ao grupo dos desenvolvidos – não, o subdesenvolvimento era uma condição para que os desenvolvidos fossem desenvolvidos. Quer dizer: estava na berlinda o desvelamento da condição periférica mas num tom político novo, crítico e anticonformista, alinhando o pensamento crítico não mais pelas orientações do grande partido de esquerda então, o PC, com sua visão etapista que reforçava a ideia ingênua, agora inaceitável, dos estágios sucessivos, e sim pela inspiração dos socialistas internacionalistas, como Trotsky e Rosa Luxemburgo. Com as devidas escusas pela ultrabreve evocação do complexo fenômeno, dá para avaliar quanto e como o trabalho de Schwarz entra em circuito com a melhor parte do pensamento crítico do tempo: acabava a conversa sobre atraso cultural, influência literária e outros termos assim conformistas, e entrava em cena uma visão dinâmica e dialética, que via a literatura como parte de um fenômeno ocidental complexo, desigual e combinado.

Ideias fora do lugar: a expressão ficou vibrando no ar, capturando a atenção de todos os leitores sensíveis (eu a conheci aluno de graduação em Letras, em 1978, e logo a adotei, entendendo muito pouco do largo espectro de significação que ela trazia), e logo apareceram comentários, apoios e contestações. Talvez o primeiro relevante tenha sido o de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em entrevista publicada em 1976, com um título brigão, “As ideias estão em seu lugar”<sup>10</sup> – na qual, por sinal, ela aponta desde logo a ligação entre a teoria da dependência e a proposta de Schwarz, que ela rejeita como sendo dualista, porque a tese isolaria centro e periferia de modo equivocado, uma vez que as ideias brotariam das relações sociais tanto lá como cá. Alfredo Bosi tentou mais de uma vez impugnar o valor da tese em caminho semelhante.<sup>11</sup> Para provar a força do texto, porém, em sua versão inglesa a tese foi reconhe-

<sup>9</sup> Sem aprofundar aqui o tema, indico apenas a figura de Ruy Mauro Marini, que ao lado de Teotônio dos Santos e outros foi formulador central dessa posição, anticapitalista em sentido amplo. Ver o perfil Ruy Mauro Marini, de ALMEYRA, Guillermo. Ruy Mauro Marini. In: PERICÁS, Luiz Bernardo e SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>10</sup> Ver, como sùmula da recepção, Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”, de Bernardo Ricupero. Em nota a este texto, Ricupero lembra uma declaração de Schwarz: “Na verdade, o que possibilitou fazer ‘As ideias fora do lugar’ foi a combinação de Fernando Henrique e Maria Sylvia”. RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Revista Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, nov. 2013, p. 525 e 526. Por isso mesmo, causa certa surpresa que uma das mais fortes inspirações de Schwarz na formulação de sua tese tenha reagido contra ela, de forma clara e dura. A declaração de Schwarz foi feita em uma entrevista, com a seguinte indicação: Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social. Entrevista concedida a BOTELHO, André e SCHWARZ, Lilia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, São Paulo, 2008. Segundo outro trilha, Carlos Nelson Coutinho também reagiu, em 1980, à tese de Schwarz argumentando que o liberalismo era sim expressão dos interesses da classe dominante brasileira, e portanto estava no lugar, ou o tinha encontrado. Quem reporta o caso é JOHNSON, Randal. Brazilian modernism: an idea out of place? In: GEIST, Anthony and MONLEÓN, José B. (ed.). *Modernism and its margins: reinscribing cultural modernity from Spain and Latin America*. New York: Garland, 1999.

<sup>11</sup> A mais recente crítica em livro apareceu em BOSI, Alfredo, *op. cit.*, que Schwarz comenta com certo detalhe no artigo Por que “ideias fora do lugar”? In: SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

cida como decisiva para o trabalho do criativo crítico e historiador da literatura Franco Moretti, como se vê em artigo de 2000, “Conjeturas sobre a literatura mundial”.

No texto de 1973, há momentos obrigatórios a repassar aqui, para dar a ver os principais aspectos da fórmula breve, atrás da qual está armada uma complexa análise e uma criativa interpretação do país. O autor diz: “Sumariamente está montada uma comédia ideológica, *diferente da europeia*”. “Impugnada a todo instante pela escravidão a ideologia liberal, que era a das jovens nações emancipadas da América, descarrilava”. Constatando que a escravidão era o nexos fundamental no mundo da produção no Brasil, Schwarz volta sua atenção para os homens livres, “nem proprietários nem proletários”, que viviam dependentes do favor de um grande, e este favor é dado então como “*a nossa mediação quase universal*”, isso num mundo social organizado pela brutalidade da escravidão e num mundo discursivo marcado pela hegemonia do liberalismo. Em outro momento, o ensaio acrescenta outra boa imagem: “Para as artes, no caso, a solução parece mais fácil, pois sempre houve modo de adotar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar estas maneiras e modas todas [as ditas escolas literárias, etc.], de modo que refletissem, na sua falha, a espécie de torcicolo cultural em que nos reconhecemos”. E então uma síntese: “Neste contexto, portanto, as ideologias não descrevem sequer falsamente a realidade, e não gravitam segundo uma lei que lhes seja própria – por isso as chamamos de segundo grau. Sua regra é outra; é de ordem do relevo social, em detrimento de sua intenção cognitiva e de sistema”.

Nesta passagem do raciocínio, os autores citados para amparar a interpretação, ousada e original, são Emília Viotti da Costa, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, todos de gerações anteriores à de Schwarz, e Luiz Felipe de Alencastro, mais jovem. Embora reproduza o principal das teses de Caio Prado Jr. quanto ao passado brasileiro (a ideia de que o Brasil era “um país agrário e independente, dividido em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo por um lado, e por outro do mercado externo”, termos que explicitam o que Prado Jr. chama de “sentido da colonização”), Schwarz não o cita. Por quê? Hipótese: porque a visão de Caio Prado era moeda corrente, tinha ganhado ares de verdade óbvia e indiscutível e, portanto, era como que invisível.<sup>12</sup> A relação entre a tese das ideias fora do lugar essa interpretação de Prado cobra preço alto, vendo as coisas pelo ângulo atual – como vamos tentar demonstrar.

<sup>12</sup> Um raro elogio aberto de Schwarz a Caio Prado se lê num texto de 1979, Pressupostos, salvo engano, de “Dialética da malandragem”: o trabalho de Candido praticava “uma dialética desdogmatizada e produtiva [...], de uma qualidade e propriedade que esta orientação [a dialética] não havia conhecido antes no Brasil, salvo na obra notável de Caio Prado Jr.”, diz SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 130. Uma crítica minuciosa ao alegado marxismo das análises de Caio Prado se encontra em *História do Brasil com empreendedores*, de Jorge Caldeira, que demonstra a escassa, para não dizer nula, relação entre a interpretação do historiador acerca da história brasileira e a rede conceitual marxista (notadamente quanto à categoria “latifúndio”), e, por outro lado, a forte afinidade de sua visão com a da historiografia tradicional luso-brasileira, corporativista e aristotélica. Ver CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco, 2009; *idem*, *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006, e *idem*, CALDEIRA, Jorge O processo econômico. In: COSTA E SILVA, Alberto (coord.). *Crise colonial e Independência – 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. A mais profunda arguição da validade das teses de Caio Prado talvez se encontre em FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo O *arcaísmo como projeto*, *op. cit.*

SCHWARZ

Schwarz, inteligente e pertinaz leitor de Marx, Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno<sup>13</sup>, destacado aluno de Antonio Candido, estava sempre pisando em terra concreta, nas análises que fazia. Naturalmente sabia que ideias sempre estão no lugar, operando, ali onde são enunciadas, com alguma funcionalidade relevante; e partia do pressuposto marxista da ideologia como falsa consciência, isto é, uma consciência que obscurece os nexos efetivos entre vida econômica, social e mental, nexos derivados da opressão de classe; o obscurecimento se faz mediante enunciados políticos de aspecto democrático, referidos às instâncias de organização do estado moderno. Brechtiano de fé, Schwarz quis com a nova e chamativa expressão desvelar a peculiaridade brasileira que, ele intuía, de algum modo explicava Machado de Assis, livrando-o da condição de “clássico nacional anódino”.<sup>14</sup>

O fenômeno que a expressão “ideias fora do lugar” designa, diz Schwarz, se encontra com facilidade no século 19 brasileiro, era “um fato social de existência incontestável”<sup>15</sup>, era algo bastante conhecido e diagnosticado: está nas memórias e discursos de políticos, assim como em outras realizações mais sutis, literárias e artísticas. Para designar a experiência concreta que o termo enuncia, Schwarz emprega vários termos da mesma família – desencontro, discrepância, incongruência, disparidade, despropósito – e aponta sempre para duas dimensões em conflito histórico, a escravidão de um lado, o liberalismo de outro. Este liberalismo é a “ideia” da expressão cunhada, e o “fora do lugar” vale para lembrar que o liberalismo nasceu para descrever (e atuar sobre) outra realidade, a da Europa industrializante, que assalariava a mão de obra, sendo portanto outra forma de relação social que a escravidão, a qual, aliás, no longo prazo se incompatibiliza com o mercado, uma vez que o escravo não é remunerado e por isso não consome, portanto não contribui para completar-se o círculo perfeito para a mercadoria, de cuja venda depende a realização do lucro e a extração da mais-valia. Este é o nervo da incongruência que, mostra ele, se encontra de maneira irrefletida em vários enunciados políticos e artísticos, e depois vai se encontrar, pensada criticamente e internalizada como estrutura, na obra madura de Machado de Assis.

Schwarz conta que a ideia lhe veio ainda antes de 1964, numa conjuntura decisiva, para ele e para o país, no tempo de seus estudos iniciais de pós-graduação. Apresentada em 72 (e em livro cinco anos depois), a fórmula “ideias fora do lugar” se tornou imediatamente uma referência geral para as Humanidades e Letras; ao longo dos anos até agora, o autor voltou ao tema várias vezes, das quais algumas merecem menção. Em 1993, publicou exten-

<sup>13</sup> Além de estarem presentes de forma constante nos escritos do autor, os cinco são mencionados explicitamente no Prefácio a *Um mestre na periferia do capitalismo*. Chama a atenção a ausência de Erich Auerbach, crítico que para Leopoldo Waizbort compõe o centro dos interesses de Schwarz. Cf. WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do três ao um: crítica literária, sociologia, filologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2007, p. 62, em que reproduz trecho do memorial para concurso de professor titular em Campinas, na Unicamp: ali, Schwarz argumenta que *Ao vencedor as batatas* se inspira, quanto a ideias e técnicas, na “visão do romance brasileiro desenvolvida” por Candido, nos “estudos marxistas” do famoso seminário Marx de que participou em S. Paulo, na “interpretação histórica das formas” de Lukács, Benjamin e Adorno e, finalmente, no “procedimento expositivo de Erich Auerbach, combinando análise de texto e explanação histórica”. Devo esta lembrança a Homero Araújo.

<sup>14</sup> A expressão está no ensaio *Leituras em competição*. SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*, op. cit., p. 12.

<sup>15</sup> *Idem, ibidem*, p. 168.

sa resenha sobre *Dialética da colonização*, de Alfredo Bosi (agrupada, depois, no livro *Sequências brasileiras*), em que analisa e rechaça a hipótese bosiana de que, se uma ideia tem função em dado contexto (como aquele em que liberalismo e escravidão conviveram, no Brasil), ela deixa de significar qualquer incômodo ou desconcerto, havendo apenas uma “filtragem” local de um problema geral, mas nada parecido com um complexo como aquele sugerido por Schwarz na tese. Em 2012, reuniu no livro *Martinha versus Lucrecia* um conjunto de textos em que o tema tem centralidade: uma entrevista, publicada em 2007, intitulada “Agregados antigos e modernos”; “Por que ‘ideias fora do lugar’”, texto de 2009, uma conferência específica sobre o tema, com um PS que volta a debater com Bosi, a propósito de outra intervenção pública deste sobre o tema; e “*Verdade tropical: um percurso de nosso tempo*”, de 2011, em que debate o tropicalismo em boa parte à luz das “ideias fora do lugar”. Não é nada, não é nada, estamos falando de mais de meio século de elaboração, entre 1963 e o presente.

### Um modelo?

Teria a tese das “ideias fora do lugar” vocação e fôlego para ser o eixo de um modelo abstrato, alçando voo desde sua condição de uma específica interpretação de Machado de Assis e da vida mental brasileira do tempo, para compor algo maior, de maior abrangência, alcançando outros tempos e outros espaços? Schwarz nunca apresentou tal extrapolação abertamente, mas não parece descabida a especulação. Como poderia ser tal modelo? Ele tentaria detectar e analisar outros casos nos quais o diagnóstico cifrado na famosa expressão ajudasse na tarefa analítica; em hipótese nada absurda, o resultado dessa busca e dessa análise poderia vir a desenhar um esquema histórico amplo, quem sabe mesmo abrangendo parte grande, talvez o conjunto da literatura brasileira (americana?).

Pretensão dessa ordem está sugerida em depoimento de Schwarz ao “grupo da revista *Praga*”, em 1998, depois no livro *Sequências brasileiras*. Dividido em seis pontos, o texto traz, sob o título “Um programa para a crítica literária brasileira”, o que pode ser considerado um esboço de tal modelo: “A especificação das relações sociais e sobretudo da posição social envolvida no trato da linguagem, na experimentação artística, é um trabalho que está praticamente todo por ser feito”. E completa sugerindo pautas: “Se você perguntar qual a posição social da prosa de Graciliano Ramos, ninguém sabe. Afirmar que o autor é comunista não quer dizer quase nada. Qual a posição social da prosa de Guimarães Rosa?” O próprio Schwarz levou a cabo alguns testes, por exemplo em seu artigo sobre Oswald de Andrade, “A carroça, o bonde e o poeta modernista”.<sup>16</sup> Eis aí, creio, um embrião de projeto de alcance geral, um esboço de modelo, de algum modo ligado à tese geral das “ideias fora do lu-

<sup>16</sup> *Idem*, A carroça, o bonde e o poeta modernista. In: Em *Que horas são?*, op. cit. Desculpado o teor pessoal e impreciso da evocação, em 1992, quando conheci pessoalmente o autor, indaguei a ele com que trabalharia de então em diante, tendo em vista a publicação de *Um mestre na periferia do capitalismo*, que me parecia quase esgotar o comentário sobre Machado de Assis. Ele respondeu que estava pensando em testar suas ideias na obra de Mário de Andrade. Se esse trabalho chegou ou não a se realizar, não sei (se existe, ainda não foi publicado), mas vale apontar que na parte final do estudo sobre Helena Morley, em *Duas meninas*, Schwarz dedica mais de dez páginas a Mário.

gar” – mas por outro lado é preciso ver que se trata da diretriz principal da tradição marxista, lukacsiana e adorniana, em que a tese das “ideias fora do lugar” se inscreve.

O hipotético modelo tem muita força e qualidade, e por esse motivo, que se soma a afinidades epistemológicas e ideológicas, é para mim uma perspectiva forte para pensar literatura, a de Machado, a do Brasil, a da periferia novo-mundista do capitalismo. A base desse modelo tem as vantagens de provir dos muitos méritos do trabalho do Schwarz: a qualidade específica da exposição escrita das análises, sempre clara e bem humorada, nunca artificiosa ou pernóstica, em diálogo aberto com o leitor, que é tratado como adulto e capaz de articulações sofisticadas, numa excelente concatenação discursiva de patamares diversos, vida social, luta política, quadro mental, Europa, Brasil, ficção brasileira e francesa. Isso sem contar ainda a disposição universalizante, que vai ao cinema (Fellini, Ruy Guerra), a autores seminais de tradição crítica europeia (Kafka, Brecht), ao panorama cultural e mental do país (a conjuntura 64-68), a livros tidos como problemáticos em seu lançamento (Chico Buarque em *Estorvo*, Paulo Lins em *Cidade de Deus*), assim como a materiais inesperados para a crítica literária tradicional (*Verdade tropical*, de Caetano Veloso, lido com a intensidade com que se leria um grande romance; a arte de Sérgio Ferro; a comparação ousada entre *Dom Casmurro* e *Minha vida de menina*, de Helena Morley).<sup>17</sup>

Outro mérito: com o trabalho de Schwarz se altera o patamar do debate crítico no país. Não há, antes dele, algum crítico que tenha ido tão fundo e tão longe na decifração de um objeto específico, em seu caso a obra de Machado de Assis, isso sem prejuízo de ter frequentado outros temas, muitos dos quais em conexão forte com o autor das *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Não é que não tenha havido outros críticos com obra considerável, até mesmo com alguma capacidade de impactar a opinião pública letrada – para não ir longe, Antonio Candido. Houve e há: Augusto e Haroldo de Campos, Silviano Santiago, Benedito Nunes, Alfredo Bosi, Marisa Lajolo, cada qual em seu campo, alcance e interesse, são figuras cuja obra repercute para além dos muros acadêmicos. Mas neles não se encontra a pertinácia, a dedicação prolongada a um objeto, nem resultados de tamanho alcance, em trajetória que evoluiu de modo sólido, como se pode ver em *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*<sup>18</sup>, reunião de análises, ensaios e depoimentos sobre a obra do Schwarz. Obras críticas de grande valor, como as de John Gledson sobre Machado de Assis e de Franco Moretti sobre a história mundial do romance, ou as de Ismail Xavier sobre cinema brasileiro e de Rodrigo Naves sobre pintura, tributárias diretas do debate sobre as ideias fora do lugar, atestam a força de seu trabalho.<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Um levantamento detalhado das incursões de Schwarz ao campo das artes para além da literatura está em SOUZA, Marcelo Silva. *O lugar das artes na crítica de Roberto Schwarz*. Dissertação (Mestrado em Letras) – USP, São Paulo, 2009.

<sup>18</sup> CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>19</sup> Ver NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (edição revista e ampliada), e XAVIER, Ismail. *Sertão mar*: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Brasiliense, 1983.

No campo particular da crítica literária dedicada a Machado de Assis, nem se pode enunciar com facilidade a contribuição do trabalho schwarziano. Ele próprio, educadamente, tende a colocar seu trabalho como parte de um momento em que outros críticos (como Silviano Santiago) também descobriram coisas importantes sobre a forma em Machado. Mas ele é que soube repassar a tradição da crítica machadiana – especialmente Augusto Meyer e Helen Caldwell, mas também Raymundo Faoro, além de Antonio Candido – de forma a localizar e especificar analiticamente algumas boas intuições e descrições (o narrador machadiano esquivo e semelhante ao de Dostoiévski em Meyer, a posição socialmente interessada do narrador de *Dom Casmurro* em Caldwell, a demonstração do empenho de Machado na incorporação da empiria do Rio de seu tempo em Faoro) e avançar, em escopo e escala novos.

Em sentido mais sutil, todo o debate deflagrado pelas “ideias fora do lugar” e alimentado por uma fórmula como “torcicolo cultural” ou pela pergunta, familiar mas deslocada quando em título de livro, *Que horas são?*, teve forte papel na superação de um paradigma bastante limitado intelectualmente, mas de clara vigência universitária e crítica – me refiro ao paradigma que falava no “atraso brasileiro”, categoria que parecia dotada de bom poder crítico mas era na verdade assinalada por uma frágil leitura de história, desvendada quando Schwarz demonstrou que “a colonização é um feito do capital comercial”, alinhando a periferia brasileira com o centro europeu e mostrando que as coisas eram conectadas, que uma não existiria sem a outra. Aliás, uma das tópicas retóricas mais reiteradas na prosa do autor tem justamente a ver com isso: é aquela que, ao apreciar o trabalho de Machado ou de outro artista e crítico, combina, em tensão quiasmática, uma referência de espaço e outra de tempo – como, por exemplo, vida nacional e sociedade contemporânea, “experiência cultural e elaboração intelectual do país fazem parte da cena mundial contemporânea”<sup>20</sup>, “nossa explicação partiu de uma peculiaridade corrente do país e em seguida buscou chegar ao movimento contemporâneo”.<sup>21</sup> Já ao final do famoso artigo primeiro, de 72, está um resumo de programa e de horizonte crítico: “embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia a dia, e sentado à escrivaninha num ponto qualquer do Brasil, o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial; e que não as trata, se as tratar diretamente”.

O hipotético modelo tem aqui alguns eixos, que parecem ter capacidade de alcançar muitos outros objetos literários (e mesmo não literários), exigindo leitura atenta e mediada das estruturas narrativas (ou mais amplamente discursivas) à luz da dinâmica centro–periferia. Derivar disso a lente para uma história da literatura brasileira, quem sabe americana, não parece descabido. Até mesmo quando se tratar de objetos de aspecto menor, parecendo incapazes de suportar uma leitura cerrada: Schwarz constatou essa possibilidade ao comentar a tese de Antonio Candido sobre as *Memórias de um sargento de milícias*: a “dialética da malandragem” é um grande feito crítico de Candido, cujo mérito está em que ele “vê mais onde parecia haver menos e confere à

<sup>20</sup> SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 210.

<sup>21</sup> *Idem*, *Martinha versus Lucrecia*, *op. cit.*, p. 169.

obra um alcance que ela talvez nem pretendesse, mas que – uma vez lido o ensaio – de fato é seu”.<sup>22</sup>

### Problemas para a extrapolação

Quais os limites do hipotético modelo “ideias fora do lugar”? Uma crítica de fora do circuito marxista e lukacsiano pode ser exemplificada em Abel Barros Baptista, que atribui a Candido e a Schwarz o que considera uma limitação nacional da circulação de Machado de Assis: ao insistirem nos aspectos representativos da obra machadiana, relativamente a realidades locais – no caso de Schwarz, o paradoxo da convivência entre liberalismo e escravidão –, estariam os dois diminuindo o raio de ação da ficção de Machado, por “obrigá-lo” a ser lido em pauta brasileira.<sup>23</sup> Para quem tem interesse na capacidade da obra em incorporar, nas estruturas internas, algo significativo de estruturas sociais e mentais de seu tempo e lugar, esta observação não é uma restrição, e sim um reconhecimento; mas Baptista parece circunscrever o alcance da tese das “ideias fora do lugar” ao âmbito nacional brasileiro.

De todo modo, parece claro que Schwarz cogita a extrapolação da tese das “ideias fora do lugar” para além do Brasil, muito embora ele não tenha formulado propostas ou projetos nessa direção.<sup>24</sup> Mas há indícios eventuais, de modo enviesado ou breve. No artigo “Por que ‘ideias fora do lugar’”, lembra: “A convicção [da existência de disparates entre ideologia e realidade, liberalismo e escravidão] não era minha, ela era um fato social de existência indiscutível, amplamente documentado ao longo de mais de um século e meio de vida nacional, numeroso a ponto de formar uma ideologia nacional influente, a qual justamente tratei de analisar. A reflexão a respeito me conduziu às linhas abrangentes da história, que no caso não se deveriam limitar ao país”<sup>25</sup>

Isso para implicar não as metrópoles europeias, mas outros países coloniais, como por exemplo se pode deduzir de comentário anterior, em *Um mestre na periferia do capitalismo*, que alude à Independência brasileira, em sua combinação contraditória de liberalismo ideológico com manutenção do tráfico e da escravidão, e lembra que se trata da “nova divisão internacional do trabalho”, que Trotsky resumiu em expressão famosa, o “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”.<sup>26</sup> Em outro momento, respondendo a uma entrevista que veio a ser publicada com o título “Na periferia do capitalismo”, já de si indicando vocação generalizante, diz, em discussão sobre o peso do nacional na historiografia literária:

<sup>22</sup> *Idem*, Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”. In: *Que horas são?*, op. cit., p. 136.

<sup>23</sup> Cf. BAPTISTA, Abel Barros. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, e *idem*, *Autobiografias*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. Uma crítica minuciosa e competente à visão de Baptista, em defesa do que estou chamando de historicidade das formas, está em GLEDSON, John. *Dom Casmurro*: realismo e intencionismo revisitados. In: *Por um novo Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>24</sup> Elías J. Palti, no contexto de argumentar pela fragilidade da tese das “ideias fora do lugar” em geral (porque também o marxismo seria uma delas, de forma que o instrumental mesmo do diagnóstico do fenômeno estaria assinalado por ele, num curto-circuito que seria quase uma aporia), assinala, sem meias-palavras, que Schwarz tinha, como “proyecto original”, a intenção de ensejar uma “historia de las ideas fuera de lugar”, envolvendo o Brasil e a região latino-americana. Ver PALTÍ, Elías J. Roberto Schwarz y el problema de “las ideas fuera de lugar”: Aclaraciones necesarias y contradicciones cuarenta años después. *Avatares filosóficos*: Revista del Departamento de Filosofía de la UBA, n. 1, Buenos Aires, 2014.

<sup>25</sup> SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*, op. cit., p. 167 e 158.

<sup>26</sup> *Idem*, *Um mestre na periferia do capitalismo*, op. cit., p. 38 e 39.

*Ora, a literatura mais audaciosa, justamente por ter aversão às mentiras do oficialismo e do nacionalismo, e por adivinhar o avanço de dimensões extranacionais da civilização burguesa, não cabe nesse quadro [o nacionalista]. Nada mais francês que o romance de Flaubert, mas não teria cabimento ver aí o seu aspecto essencial, que se liga a um curso moderno das coisas, o qual está longe de ser francês. Cabe à crítica identificar e formular esse âmbito, o âmbito de sua relevância contemporânea.*

*Ora, no caso brasileiro – como seguramente no de outras ex-colônias – a referência nacional tem uma realidade própria, de tipo diverso, que continuou efetiva (até hoje?) e catalisou uma parte importante da invenção formal.<sup>27</sup>*

Aí temos um palpite escrito: seguramente haverá muitos casos similares, entre as ex-colônias, de conflito entre o local e o contemporâneo. De modo mais específico, Schwarz avança uma consideração de paralelo entre o Brasil e os EUA naquele debate contra Bosi. Discute-se ali a contestação feita à tese das “ideias fora de lugar”: para Bosi, como já lembrado, não haveria tal dissociação radical e relevante entre ideologia e geografia, porque o liberalismo teria mostrado conviver bem com escravidão em outras partes, que não o Brasil, e por isso, argumenta Bosi, no máximo haveria uma “filtragem” local da questão geral, a qual era a opressão de classe, homogênea em todo o mundo capitalista.

Schwarz contesta, primeiro, dizendo que já uma tal filtragem não poderia ser negligenciada, pois proporciona maior precisão crítica, ao impor atenção aos condicionamentos específicos de cada local, mais do que a “modelos mecânicos ou aleatórios de difusão do pensamento”; mas em seguida argui a força da categoria proposta por Bosi, mostrando que a especificação de cada local, o filtro local, funcionaria como “instâncias finais” do percurso crítico, e assim impediriam, ou atrapalhariam, o momento de generalização, ficando o modelo da filtragem composto por várias particularidades, “âmbitos exteriores uns aos outros e mal ou bem iguais em eficácia e direito”.<sup>28</sup> Daí que Bosi tenderia a armar, criticamente, um “arquipélago de âmbitos independentes”, muito distante do ideal de Schwarz (e da crítica dialética), que busca o desenho de um espaço histórico “estruturado por condições e antagonismos globais, sem cuja presença [...] as questões ideológicas não se discutem razoavelmente”. Em suma, “O mal-estar brasileiro em relação às ideias modernas, de que o sentimento de inadequação do liberalismo é uma instância, pertence a essa esfera dos efeitos globais, de incompatibilidade e co-presença de pontos de vista engendrados no interior e em diferentes lugares de um sistema transnacional, que a noção de filtragem, com o seu viés localista, tende a desconhecer”.<sup>29</sup>

Certo? Certo. Ocorre que exercícios de interpretação baseados na generalização do fenômeno “ideias fora do lugar” para outras latitudes não têm ocorrido, ao menos em volume e força distinguíveis ou equiparáveis ao que no Brasil temos visto. Por quê? Haverá algum problema a inibir tal possibilidade? E se houver, que problema será esse?

<sup>27</sup> *Idem, Martinha versus Lucrecia, op. cit.*, p. 289.

<sup>28</sup> *Idem, Sequências brasileiras, op. cit.*, p. 83 e 84.

<sup>29</sup> *Idem, ibidem*, p. 84.

Em forma esquemática, penso haver ao menos três problemas na base descritiva das reflexões de Schwarz.<sup>30</sup> Estão praticamente ausentes delas três dimensões concretas da história e da geografia brasileiras, que são essenciais para uma interpretação abrangente da nação e do país de acordo com o debate historiográfico atual: (1) uma dimensão geográfica, a amplidão do território brasileiro, muito maior do que o espaço da plantation, amplidão que até o tempo de Machado ainda parecia caber numa categoria genérica como “sertão”<sup>31</sup>; (2) um macroproblema histórico, a forma específica da organização do Estado no Brasil; e (3), outro vasto tema sociológico, a dimensão social do escravismo brasileiro, particularmente no tempo pós-Independência na cidade do Rio de Janeiro, a capital do império. A ausência dessas três complexidades, nas descrições e interpretações historiográficas que informam as teses schwarzianas, talvez se deva a limitações conjunturais, dado o momento da pesquisa histórica, sociológica e antropológica sobre o Brasil nos anos 1960 e 70, mas também podem ser um tributo pago a certo vezo generalizante, eco, acredito, da adesão às teses de Caio Prado Jr.

A primeira dimensão tem consequências fortes para derivar da tese das “ideias fora do lugar” uma história da literatura no Brasil todo, e não apenas no espaço da *plantation* – uma história que inclua Guimarães Rosa, e não apenas Machado de Assis. Schwarz, vale lembrar, tem dois ensaios de juventude sobre o *Grande sertão: veredas* (em *A sereia e o desconfiado*, 1965); em nenhum dos dois há algo análogo à tese das “ideias fora do lugar”, ou parecido com ela: um trata da estratégia lírica da fala de Riobaldo, outro estabelece uma não muito promissora comparação com o *Dr. Faustus*, de Th. Mann. Salvo engano, o crítico não retornou ao romance de Rosa, que é, num sentido muito forte, uma realização indiscutivelmente superior cujo referente é o mundo do sertão, justamente aquele mundo por assim dizer invisível na leitura de Brasil feita a partir de Caio Prado Jr.<sup>32</sup>

A segunda dimensão exige verificar como se organizou especificamente o Estado nacional independente no Brasil, fenômeno singularíssimo que passa ao largo do raciocínio de Schwarz, não obstante sua centralidade para pensar o lugar das letras, jurídicas ou artísticas (de resto muito próximas entre si por todo o século 19). Embora mencione aspectos desse processo (“É sabido que a emancipação política do Brasil, embora integrasse a transição para a nova ordem do capital, teve caráter conservador”, em *Um mestre da periferia do capitalismo*; “a explicação [para o desconcerto percebido e formulado pelos homens do tempo da Independência] tem a ver com o modo retrógrado pelo qual o Brasil rompeu o estatuto colonial”, em *Sequências brasileiras*), Schwarz segue um forte traço marxista aqui, o de tomar a formação do Estado e a ati-

<sup>30</sup> Está em preparação o livro em que apresento em detalhes essa análise, que vai além do que aqui se enuncia. O trabalho tem o objetivo antes mencionado, revisar a historiografia literária brasileira para propor novo modelo, tendo como um dos centros de interesse a obra de Antonio Candido e a de Roberto Schwarz.

<sup>31</sup> Schwarz registra tal aspecto poucas vezes. Exemplo: “Como é sabido, na metrópole a expropriação prévia dos trabalhadores os reduziu a força de trabalho e os colocou na dependência do capital para sobreviver, o que tornava dispensável a coação física, sem a qual nas condições de imensidão territorial americana a ninguém ocorreria aceitar os termos do capital, ou seja, aquele mesmo trabalho livre”. *Idem*.

<sup>32</sup> Uma intuição crítica de grande interesse e alcance está, em esquema geral, na obra de Viveiros de Castro, que vê em Guimarães Rosa a impregnação profunda do “perspectivismo ameríndio”, portanto do sertão, na forma literária. Em linha semelhante se pode ler o excelente trabalho de SÁ, Lúcia. *Literaturas da floresta: textos amazônicos e cultura latino-americana*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, terceira parte.

vidade política como aspecto secundário, de superestrutura, quem sabe um reflexo apenas.

A singularidade da independência no país, com a monarquia que aqui se instalou (isto é, a singularidade e a especificidade do “caráter conservador” e do “modo retrógrado” da Independência do Brasil), deve ser lembrada agora. Pode-se explicitá-la em comparação com o que aconteceu nos EUA e na Argentina, dois países em muitos sentidos similares ao nosso. Sem contar o fosso mais óbvio – o Brasil foi a única nação nova na América a se organizar como monarquia –, tomem-se três aspectos: o episódio da independência, as circunstâncias da produção da primeira constituição do novo país e o reconhecimento internacional da independência de cada país pela respectiva ex-metrópole. Pelos três fatores se demonstra que o caso brasileiro teve aspectos quase só regressivos, à feição dos governos do Antigo Regime europeu, assumindo o novo país uma configuração reacionária, de sentido oposto ao do mundo capitalista então florescendo com a primeira revolução industrial. Os dois outros países, EUA e Argentina, comparados ao nosso, começaram sua jornada de independência muito mais leves, sem dívidas de porte e com estados nacionais muito mais afeiçoados à dinâmica nova. Ignorar essa diferença, ou minimizá-la analiticamente, custa caro para uma eventual generalização da tese das “ideias fora do lugar”.<sup>33</sup>

A terceira questão é a dimensão social da escravidão. O caso brasileiro difere de outros casos novo-mundistas em função de três aspectos: (a) a presença maciça de escravos numa cidade grande e cosmopolita, o Rio de Janeiro, caso bastante raro; (b) a forte miscigenação, que ocorreu em proporção não apenas alta mas também raríssima entre os países escravistas; e (c) a ampla gama de formas de emancipação, das fugas e dos quilombos às várias modalidades de alforria, que mais uma vez configuram particularidade brasileira.<sup>34</sup> Esses três elementos, cada qual objeto de infinidade de estudos hoje disponíveis, moldam uma dinâmica toda particular à vida carioca e em certa medida à vida social de toda cidade brasileira, e portanto – aqui sim – à generalidade do Brasil da *plantation*, o Brasil que tem duas cidades grandes, Salvador e Rio de Janeiro, o Brasil fortemente integrado ao mercado exportador brasileiro. Como se pode dizer acerca da marcante extensão territorial e da forma particular de configuração do Estado no Brasil, também essas marcas da vida social da escravidão estão ausentes do horizonte de Schwarz.

<sup>33</sup> Chalhoub acrescenta um detalhe ao quadro: “não me consta que noutra lugar tenham se articulado o processo de construção nacional independente e o intuito de defender a propriedade escrava ilegal, originária do contrabando maciço de africanos escravizados”. CHALHOUB, Sidney, *op. cit.*, p. 43.

<sup>34</sup> Luiz Felipe de Alencastro menciona dois “traços originais da sociedade escravista brasileira”, traços singulares e talvez irrepetíveis: a ampla mestiçagem e os vários modos de emancipação de escravos. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *La traite négrière et l'unité nationale brésilienne. Revue Française d'Histoire d'Ostre-mer*, tome 66, n. 244-245, 3. et 4. trims. 1979, e *idem*, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ver também CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros, op. cit.*, que menciona “a alta incidência de alforrias [no Brasil] relativamente aos Estados Unidos” (p. 89).

## Riscos da generalização

Fazem falta à tese schwarziana essas ausências? Sim, especialmente se o tema for pensar sobre a generalizabilidade do modelo “ideias fora do lugar” para o conjunto do Brasil e para além do Brasil. A forma política da nossa Independência, com monarquia e arbítrio acima de toda lei (um Estado Antigo Regime em plena arrancada capitalista), a massiva escravidão urbana em cidade mundial, proporcionando uma peculiar mobilidade via variadas formas de emancipação (fugas, quilombos, alforrias) e ainda mestiçagem – experiências que não excluem e talvez até agravem o problema do favor que Schwarz sugeriu ser a mediação universal da vida no país –, são experiências brasileiras não compartilhadas, em forma e/ou em volume, por qualquer outro país nas Américas, em particular aqueles países de porte semelhante ao brasileiro (Canadá, EUA, Argentina, México). O que sim há em outras partes é convivência de lei liberal e prática escravagista; mas o favor e o arbítrio como tais, na escala, generalidade e duração brasileiras, só aqui mesmo.

O reconhecimento desses limites dá mais concretude à noção genérica de que “a sociedade brasileira é evidentemente *sui generis*, diferente das outras”, mas não só “por causa da parte que o trabalho escravo teve em sua formação”<sup>35</sup>, nas palavras de Schwarz, e deve obrigar a reconhecer limitações da validade do modelo. Vista por esse prisma, a tese das “ideias fora do lugar” revela limitações mais nítidas – ela parece se referir não à generalidade da vida brasileira, mas ao espaço da *plantation*, e não à condição de país colonial que se torna independente, mas ao caso brasileiro em particular.

Não se trata, porém, de reiterar a crítica de Bosi à tese das “ideias fora do lugar”. Para ele, como se pode ler numa manifestação sintética recente, não há nada fora do lugar:

*Tenho sugerido [...] a hipótese de que essa ideologia excludente [aquela que faz conviver a escravidão com a nova nação novo-mundista ou mesmo com países centrais, como a França pós-Revolução] não representava um deslocamento disparatado do liberalismo europeu para o Brasil, uma ideia fora do lugar, mas um complexo de medidas econômicas e políticas efetivas que regeram todo o Ocidente atlântico desde o período napoleônico e a Restauração monárquica francesa.*<sup>36</sup>

Isso quer dizer, em resumo, que não há nada de particular no problema brasileiro. Schwarz, ao contrário, vê a peculiaridade brasileira como marco sólido, “deslocamento local das ideias”, não como “invenção dos historiadores do século XX”, nem apenas como manifestação literária elevada, em Machado de Assis, mas antes ainda como “presença notória no Brasil oitocentista”, que estava “por assim dizer inscrita nas coisas”.<sup>37</sup> E essa característica seria mais geral: ele mesmo postula a generalização desse diagnóstico, porque “a discrepância entre a feição local das relações sociais e sua norma contemporânea, mesmo remota, pertence estrutural e objetivamente à dialética global do sistema”. Mas qual é, para ele, a “feição local das relações sociais”? A escravidão,

<sup>35</sup> SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*, op. cit., p. 230.

<sup>36</sup> BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia*, op. cit., p. 400.

<sup>37</sup> SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*, op. cit., p. 82.

com sua contraparte, o favor. Ora, dirá Bosi, e neste caso também eu, escravidão e favor existem em outras partes do Novo Mundo, por exemplo nos Estados Unidos. Mas, como vimos, há outras marcas que configuram mais particularmente a “feição local”.

Essas marcas estão não onde Schwarz as tinha localizado, a saber, na vida genérica da escravidão em país independente e nominalmente liberal, mas sim em dois outros fatores – a forma objetiva do Estado, com monarquia absolutista ao modo dos Antigos Regimes, e as peculiaridades do escravismo no século 19 carioca (e brasileiro), urbano e com práticas sociais singulares, ou singularmente empregadas entre nós, com a intensa mestiçagem e o variado regime de alforrias –, fatores que, combinados a um terceiro (e de menor relevo), a vastidão do território, me parece restringirem o chão empírico da tese das “ideias fora do lugar” no Brasil. Um lugar social e político engendrado aqui no país, especialmente no século 19, e não na generalidade dos espaços geo-históricos em que escravidão, na esfera econômico-social, conviveu com liberalismo, na esfera político-ideológica.

*Artigo recebido em 15 de novembro de 2020. Aprovado em 10 de dezembro de 2020.*